



## FLUXO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMA OU TESTEMUNHA DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Considerando a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que reconhece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência;

Considerando a vigência do Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que regulamentou a Lei nº 13.431/2018;

Os Juízos das Varas da Infância e da Juventude e da Vara Criminal, juntamente com os representantes da Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, Conselho Tutelar e demais órgãos de Proteção do Município de ENTRE RIOS DO OESTE, instituem o Fluxo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência na Comarca de Marechal Cândido Rondon, que entra em vigor na data publicada na folha de assinaturas.

### 1. DA INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO

O capítulo IV da Lei 13.431/17 trata da integração das políticas de atendimento: rede de Conselhos Tutelares, escolas e espaços educacionais, rede de Assistência Psicossocial e Sistemas de Saúde, de Segurança Pública e de Justiça. Com esta integração espera-se evitar o processo de revitimização da criança ou adolescente. A revitimização ocorre sempre que as vítimas acabam relatando a violência que sofreram inúmeras vezes, em diferentes serviços da rede de proteção.

Para evitar cometer atos de revitimização, todos os profissionais devem conhecer as ações e serviços disponíveis oferecidos, não só na sua unidade de trabalho, mas em toda a rede de atenção à proteção, bem como outros setores envolvidos no cuidado às pessoas em situação de violência. Além disso, a ética e a confidencialidade são atributos desses profissionais e devem permear todos os locais e momentos do processo de produção do cuidado, desde o acolhimento até o final do atendimento. Para tanto, orienta-se que os profissionais não comentem sobre o caso que estão atendendo, fora do ambiente de trabalho, principalmente com familiares e sobre dados como, por exemplo, quem denunciou. Com estes cuidados pode-se evitar cometer faltas éticas.

## 2. O TRABALHO ESPECÍFICO DOS ÓRGÃOS DA REDE DE PROTEÇÃO

Qualquer pessoa que tomar conhecimento de criança e adolescente em situação de violência deverá, conforme o art. 245 do ECA, comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento. Todo encaminhamento deve conter o registro do atendimento realizado, incluindo o relato espontâneo da vítima e informações eventualmente coletadas com responsáveis ou acompanhantes, evitando-se revitimização em decorrência da repetição dos fatos.

O **Conselho Tutelar**, no âmbito de suas atribuições específicas, definidas no art.136 do ECA, aplica medidas de proteção a crianças ou adolescentes com os seus direitos ameaçados ou violados em estreita cooperação com todos os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, devendo ser comunicado de todos os casos de violência contra crianças e adolescentes na sua esfera de atuação territorial (Brasil, 2017). Ao Conselho Tutelar cabe, ainda, receber a notificação proveniente dos órgãos de saúde, educação e outros, analisar a procedência de cada caso e fazer os encaminhamentos pertinentes à cada situação.

Quando da aplicação das medidas de proteção previstas no artigo 101, I a VII, do ECA, os conselheiros tutelares devem envidar esforços para buscar informações com os membros da família e, apenas quando for necessário, ouvir a criança ou adolescente, zelando para que os questionamentos sejam limitados àqueles necessários à aplicação da medida de proteção, deixando a oitiva sobre os fatos ocorridos para as autoridades competentes que conduzirão a investigação e o processo judicial (Brasil, 1990).

Ressalta-se que, o encaminhamento das crianças e adolescentes para o IML, é feito da seguinte forma: são levados com veículo do Conselho Tutelar sempre que disponível e um conselheiro tutelar acompanha até a delegacia, para retirar a guia de liberação para o atendimento no IML. Caso haja a violência e a família opte por ir diretamente para a Delegacia, poderá fazê-lo, mas normalmente um conselheiro acompanha.

A **escola** pode ser um espaço de revelação espontânea de crianças e adolescentes e/ou identificação de sinais de violência. Ressalta-se que a violência, neste projeto, é a descrita na Lei 13.431 e no item 4 deste fluxo, não podendo ser confundida com as dificuldades inerentes ao contexto escolar como, por exemplo, brigas entre colegas, que são de responsabilidade da própria instituição. Quando um aluno revelar atos de violência, o membro da comunidade escolar deve acolher a criança ou adolescente, escutá-lo, sem interrupções e com um mínimo de questionamento e informá-lo sobre o dever e os procedimentos da notificação às autoridades. Deverá, ainda, preencher a ficha do SINAN (anexo), encaminhar o aluno para o Conselho Tutelar e para o fluxo de atendimento dos casos de violência existente no município, ou seja, o setor de epidemiologia (Brasil, 2017).

No âmbito do **Sistema Único de Saúde (SUS)**, os serviços de atenção às pessoas em situação de violência estão organizados desde a atenção básica até o nível mais complexo de atenção, e contam com equipe multiprofissional para o desempenho de suas atribuições, realizando o Acolhimento, Atendimento, Notificação e Seguimento na Rede.

Ressalta-se que situações de violência física e psicológica, maus-tratos, abusos e abandono são consideradas um problema de saúde pública. Para tanto, orienta-se fazer a notificação compulsória de casos suspeitos ou confirmados de violência, em quaisquer dos pontos de atenção da saúde. Como proposta de ordenamento do fluxo de tais demandas na Saúde, coloca-se que os equipamentos como as Estratégias de Saúde da Família ou as Unidades Básicas de Saúde, como pontos operadores da Rede de Atenção Primária de Saúde, podem ser portas de entrada de acolhimento e encaminhamentos de exames e/ou serviços especializados, tais como as profilaxias necessárias diante da constatação de riscos de exposição a DSTS's, dentre outras doenças associadas à violência sexual.

No âmbito dos planos de cuidados de saúde mental relativos a tais demandas, e tendo em conta os possíveis efeitos colaterais emocionais das violências citadas no parágrafo anterior, indica-se que os casos de vítimas de violência sexual sejam prioritariamente direcionados para avaliação de saúde mental com os psicólogos da Atenção Primária de Saúde, os quais possuem referências de Estratificação de Riscos em Saúde Mental e são usualmente habilitados para manejos de situações de crise ou vulnerabilidade emocional.

No âmbito do **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)** é realizado atendimento protetivo nos limites de sua competência funcional (Brasil, 2017). O atendimento no contexto da rede de proteção possui caráter de acolhimento, orientação, acompanhamento e encaminhamento, não necessariamente da confirmação da ocorrência ou não da violência.

Na rede de proteção, o atendimento não deve se confundir com a tomada de depoimento, embora seja possível identificar sinais de violência cometidos contra a criança e adolescente vítima de violência. Neste contexto, o atendimento serve para nortear o plano de tratamento.

No **Sistema de Segurança Pública**, nos processos de investigação, o depoimento da criança ou adolescente deve ser concebido como último recurso, somente nos casos em que a materialidade e/ou autoria necessite ser comprovada pelo método testemunhal. Neste contexto, sempre que possível, orienta-se para ouvir a pessoa a quem a criança ou adolescente fez a revelação, bem como valer-se de registros anteriores sobre a ocorrência, para que as intervenções sejam realizadas como ato protetivo e parte constitutiva da rede de proteção, guiando-se pelo princípio da proteção integral da criança e do adolescente (Brasil, 2017).

### 3. PROCEDIMENTOS EM CASOS DE SUSPEITA DE VIOLÊNCIA

Nos casos de suspeita de violência contra a criança ou o adolescente, a equipe que inicialmente atendeu a suposta vítima é responsável por documentar os dados utilizando a ficha de relato espontâneo, e preenchendo a Ficha Individual de Notificação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), que é obrigatória e adequada ao município de Entre Rios do Oeste. Após, faz-se necessário repassar as informações para o Conselho Tutelar e setor de epidemiologia. A equipe que atendeu a criança/adolescente deverá atentar-se para descrever detalhadamente a situação narrada, sendo que, para tanto, faz-se necessário ouvir atentamente o relato da criança/adolescente supostamente vítima de violência. Após o relato espontâneo, se ficaram

dúvidas, deve-se cuidar para, ao buscar compreender a complexidade do caso, evitar fazer perguntas que contenham respostas como, por exemplo: “foi seu pai que fez isso?”.

Na frase sugerida como exemplo, o entrevistador denomina quem é o agressor, situação que deve ser evitada, pois precisa partir do relato espontâneo da criança/adolescente. Além disso, a palavra “isso” é ampla, deixa margens para diferentes interpretações. Para tanto, aconselha-se pedir para a suposta vítima: “me explica melhor o que você falou sobre...” e terminar a frase utilizando os termos das crianças, para que ela possa esclarecer o que estava tentando transmitir.

Outros exemplos:

“Me explique como..... (utilize as frases da criança) aconteceu?”

“Tinha mais alguém com você?”

“Você contou para mais alguém?”

Somado ao relato, sugere-se que sejam observadas as emoções transmitidas pela suposta vítima (choro, riso, tranquilidade, ansiedade, medo, etc.), além dos sinais físicos e comportamentais (roeu as unhas, ficou com a cabeça abaixada e evitou contato visual, ficou brincando e não prestou atenção ao que estava relatando, etc.).

Destaca-se que no caso de **crianças menores de 3 (três) anos**, o procedimento de escuta deve priorizar outras fontes de informação, diante da tenra idade e da fase do desenvolvimento da vítima. Nestes casos, sugere-se solicitar apoio de profissionais de psicologia, preferencialmente com especialização no atendimento a crianças.

TODOS OS PROFISSIONAIS que compõem a rede de proteção e foram citados no capítulo 2 deste fluxo, quando forem os primeiros a atender e ouvir uma criança ou adolescente vítima de violência, deverão preencher a Ficha do SINAN e, OBRIGATORIAMENTE, encaminhar uma cópia do documento para o Conselho Tutelar.

Ao **Conselho Tutelar**, após o recebimento da ficha do SINAM devidamente preenchida, caberá:

- a) adotar, imediatamente, as medidas de proteção cabíveis de acordo com o nível de prioridade de cada caso em particular;
- b) encaminhar ao Ministério Público os casos de acordo com sua urgência;
- c) encaminhar o caso aos serviços de Saúde e de Segurança Pública se for observado que a criança ou o adolescente necessita de cuidados urgentes.

#### 4. FORMAS DE VIOLÊNCIA

Para os efeitos da Lei 13.431/2017, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência:

### **I - Violência física**

Ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico; negligência (ver no anexo);

### **II - Violência psicológica**

- a) qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito
- b) o ato de alienação parental
- c) qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente (testemunha), a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio.

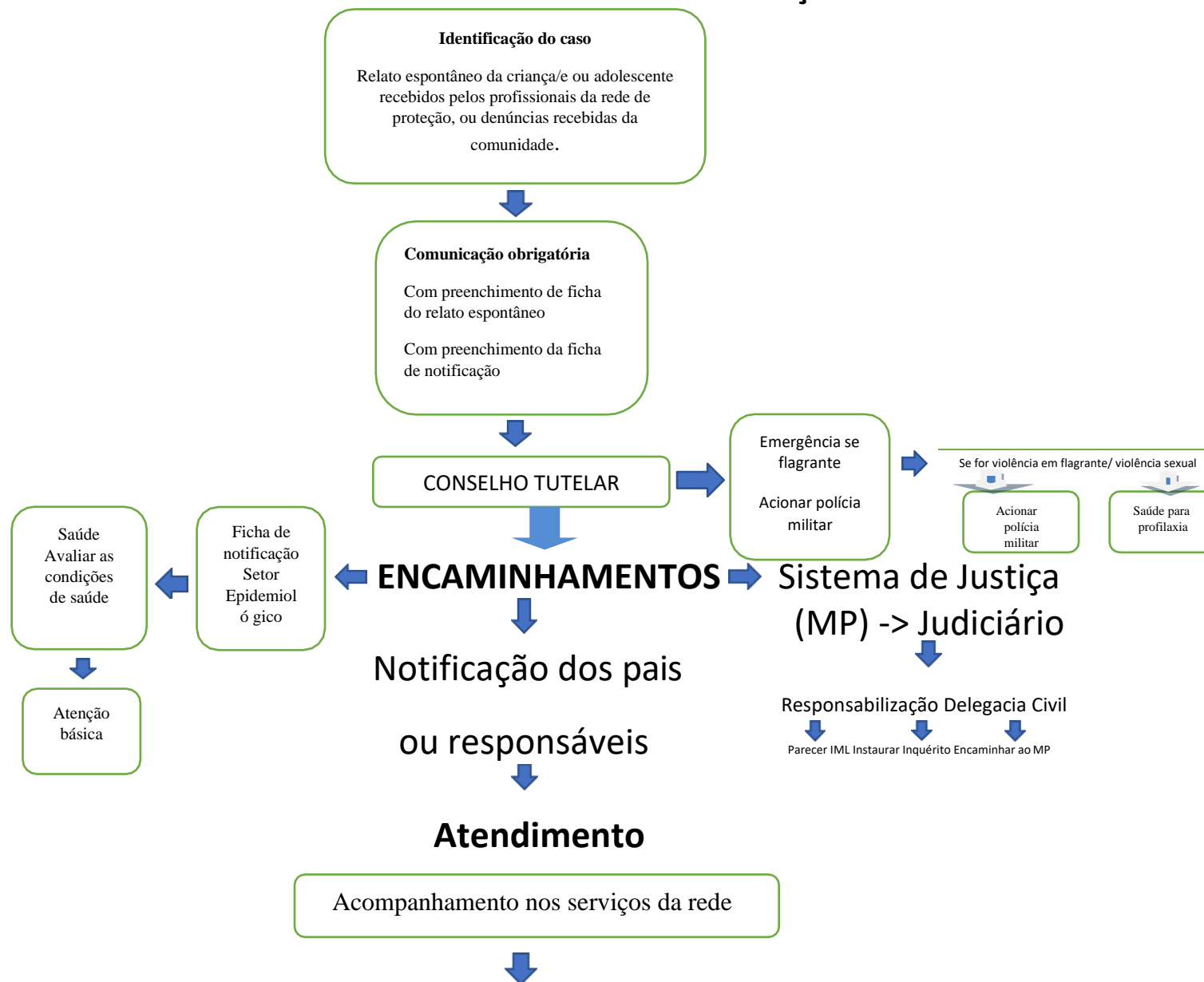
**III - Violência sexual:** qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

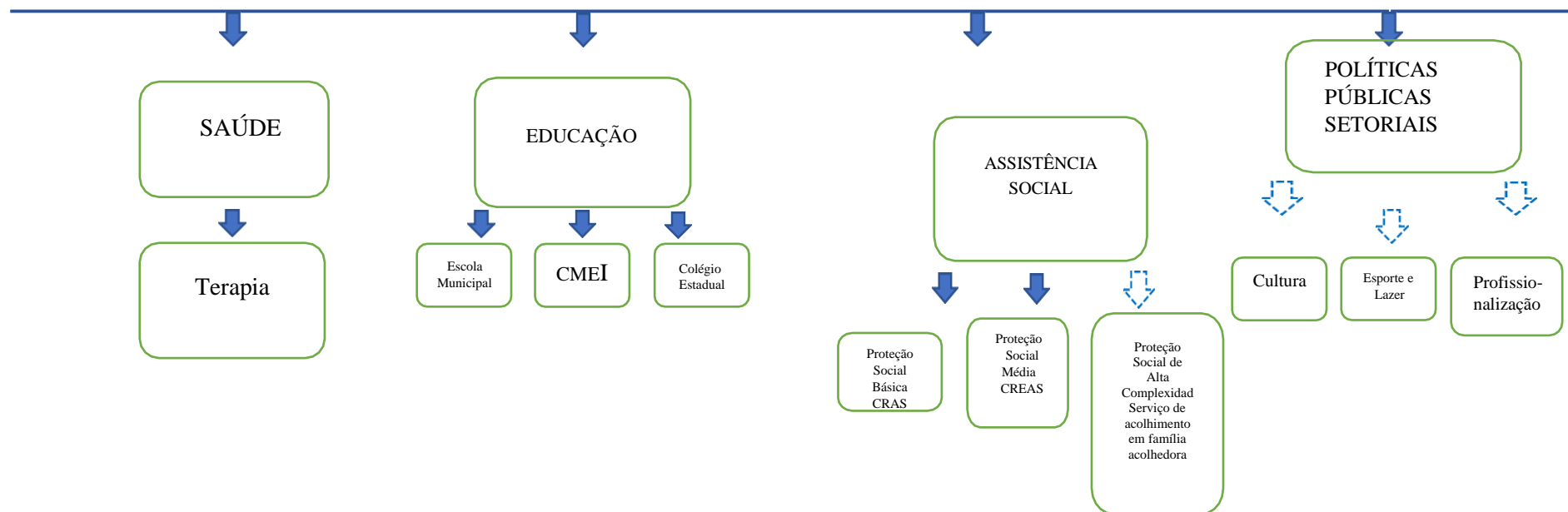
- a) **abuso sexual:** toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiros;
- b) **exploração sexual comercial:** o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;
- c) **tráfico de pessoas:** recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual.

**IV - Violência institucional,** entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização.

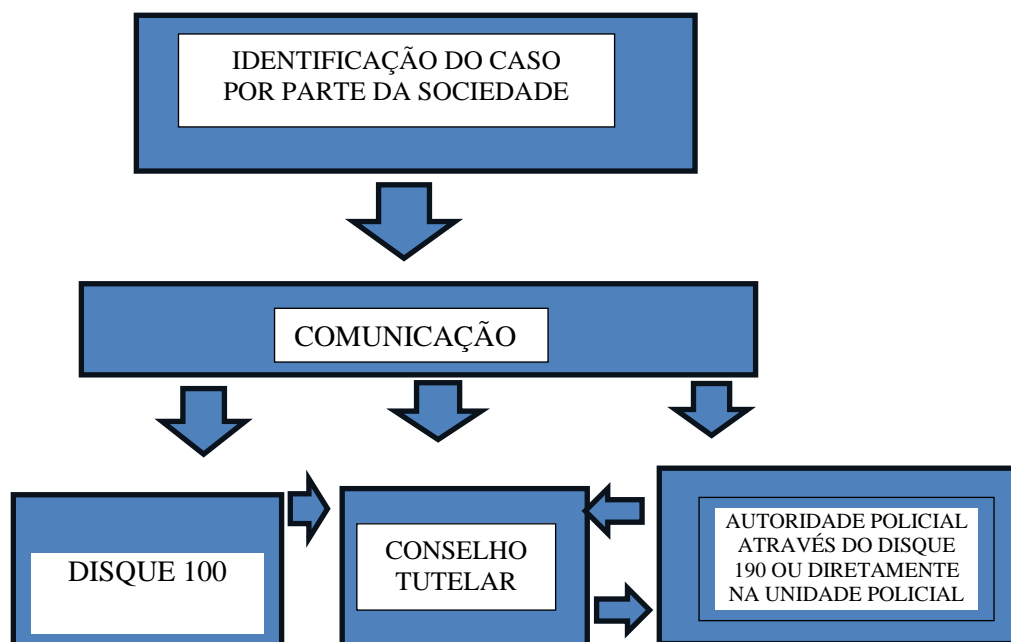
# 5-FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE, VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA ENTRE RIOS DO OESTE – PARANÁ

## CASOS IDENTIFICADOS PELA REDE DE PROTEÇÃO





## 5.1- FLUXOGRAMA DE DENÚNCIA POR PARTE DA SOCIEDADE CIVIL



---

<sup>1</sup> A Rede Intersetorial de Proteção à Criança e ao Adolescente é composta pelos diferentes serviços das políticas setoriais e dos órgãos de proteção à criança e ao adolescente: saúde, assistência social, educação, esporte, cultura, habitação, conselho tutelar, segurança pública, judiciário, ministério público, defensoria pública, dentre outros.



- Os profissionais de todas as instituições públicas devem documentar todos os atendimentos realizados, de acordo com as normas e legislações vigentes;
- Sugere-se identificar, qualificar e pegar a assinatura de todos que participaram do processo que gerou o documento;
- Colocar data e local;
- Arquivar em pastas adequadas;
- Quando necessário entregar a cópia, ficar com a via original e pegar a assinatura da pessoa que a solicitou.

#### 6- DADOS IMPORTANTES

- Data:
- Órgão e pessoa que realizou o atendimento:
- Nome da vítima:
- Data de Nascimento:
- Sexo:
- Local da residência:
- Responsável legal:
- Adulto de referência:
- Demanda algum atendimento específico:
- Primeiro atendimento:
- Descrição objetiva dos possíveis fatos (relato do responsável):
  - Livre relato da ocorrência pela vítima (palavras utilizadas pela criança), frequência com que ocorreram as situações de violência (quantas vezes aconteceu, em quais dias e horários?), observação do ambiente e da situação, identificação do agressor, se tinham outras pessoas presentes que assistiram ou souberam da situação de violência, outras observações.

Avaliar se houve:

- ( ) Violência física
- ( ) Violência Psicológica
- ( ) Violência sexual
- ( ) Negligência (anexo)

FICHA DO SINAN, Link de acesso para impressão e preenchimento.

<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/julho/02/Ficha-Viol-5.1->

## ASSINATURAS

**Renato Cigerza**

Juiz de Direito da Vara de Família,  
Infância e Juventude

**Clairton Mário Spinassi**

Juiz de Direito

**Marcus Vinícius Ferraz H. Xavier**

Promotor de Justiça da 3ª Promotoria de  
Justiça da Comarca de Marechal Cândido  
Rondon

**Carlos Alberto Dias Torres**

Promotor de Justiça da 3ª Promotoria de  
Justiça da Comarca de Marechal Cândido  
Rondon

**Ilvo Hermann**

Secretário(a) de Educação  
Entre Rios do Oeste

**Laiara Weschenfelder**

Secretário(a) de Assistência Social  
Entre Rios do Oeste

**Jair Bokorni**

Secretária de Saúde  
Entre Rios do Oeste

**COLABORADORES DO  
PROJETO**

**Romilda Guiland**

Psicóloga - SAI  
Vara de Família, Infância e Juventude

**Jaqueline Peretto**

Assessora da promotoria da Infância

**Leide Raquel Meinerz**

Assessora Pedagógica  
Secretaria Municipal de Educação -  
Marechal Cândido Rondon

**Giovana Marleide Wegner Lerner**

Auxiliar de Enfermagem do Centro de  
Saúde Eugenio Schwanke.

**Lidiana Caroline Holzbach Leandro-**  
Conselheira Tutelar

**Fabiana Aparecida Bancki**  
Assistente Social- CREAS

**Nedi Claudete Dost**

Diretora da Escola Municipal Presidente  
Médici.

#### Referências:

- Brasil. Ministério de Estado dos Direitos Humanos. *Parâmetros de escuta de crianças e adolescentes em situação de violência*. Brasília, 2017.
- Brasil. Presidência da República. Lei 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, 2017.
- Brasil. Presidência da República. Lei 8.069/1990 – Estatuto da criança e do Adolescente – ECA.
- LONDRINA, RESOLUÇÃO Nº 011/2020 - CMDCA, DE 17 DE JUNHO DE 2020
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância da Saúde PORTARIA Nº 47, DE 3 DE MAIO DE 2016-Define os parâmetros para monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

## ANEXOS

A **negligência** pode ser considerada um tipo de violência. É descrito como omissão do responsável pela criança ou adolescente em prover as necessidades básicas para o seu desenvolvimento, como: a privação de medicamentos, cuidados necessários à saúde, à higiene, ausência de proteção contra as inclemências do meio (frio, calor); falta de estímulo e condições para a frequência à escola.

A identificação da negligência é complexa devido às dificuldades socioeconômicas da população, o que leva ao questionamento acerca da intencionalidade da mesma. Para melhor avaliar a ocorrência de negligência deve-se observar dois critérios: **a cronicidade** e **a omissão**. Por cronicidade entende-se, a ocorrência reiterada e contínua de algum indicador para determinar um caso como negligência. A omissão, refere-se ao fato de um dos responsáveis pela criança ter deixado de satisfazer alguma necessidade básica. Assim, independente da culpabilidade do responsável pelos cuidados com a vítima, faz-se necessária uma atitude de proteção.

### 1. SINAIS DE NEGLIGÊNCIA:

- ❖ Má higiene (unhas sujas, roupas sujas, dermatite de fraldas, lesões de pele de repetição);
- ❖ Roupas não adequadas ao clima local;
- ❖ Falta de alimentação, por erros alimentares persistentes, por restrições devido a ideologias dos pais;
- ❖ Tratamentos médicos inadequados (não cumprimento do calendário vacinal, não atendimento de recomendações médicas, internações frequentes);
- ❖ Falta de supervisão da criança, provocando lesões e acidentes de repetição;
- ❖ Frequência irregular à escola, escolaridade inadequada à idade;
- ❖ Grandes períodos de tempo sem atividades, expostos ao provável contato com ambientes de risco.

Caso suspeito ou confirmado de violência doméstica/interfamiliar, sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal e violências homofóbicas contra mulheres e homens em todas as idades. No caso de violência extrafamiliar/comunitária, somente serão objetos de notificação as violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, indígenas e população LGBT.

Dados Gerais	1 Tipo de Notificação		2 - Individual	
	2 Agravos/lesões		VIOLÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA	
	3 Código (CID 10)		Y09	
Dados do Paciente	4 UF		5 Município de notificação	
	6 Unidade Notificadora		7 Nome da Unidade Notificadora	
	8 Unidade de Saúde		9 Data da ocorrência da violência	
Dados do Paciente	10 Nome do paciente		11 Data de nascimento	
	12 (ou) Idade		13 Sexo M - Masculino	
	14 Gestante		15 Raça/Cor	
Dados do Paciente	16 Escolaridade		17 Número do Cartão SUS	
	18 Nome da mãe		19 UF	
	20 Município de Residência		21 Código (IBGE)	
Dados do Paciente	22 Bairro		23 Logradouro (rua, avenida, ...)	
	24 Número		25 Complemento (apto., casa, ...)	
	26 Geo campo 1		27 Geo campo 2	
Dados do Paciente	28 Ponto de Referência		29 CEP	
	30 DDD( Telefone		31 Zona	
	32 País (se residente fora do Brasil)		33 Dados Complementares	
Dados do Paciente	34 Nome Social		35 Situação conjugal / Estado civil	
	36 Orientação Sexual		37 Identidade de gênero	
	38 Possui algum tipo de deficiência/transorno?		39 Se sim, qual tipo de deficiência/transorno?	
Dados do Paciente	40 UF		41 Município de ocorrência	
	42 Bairro		43 Logradouro (rua, avenida, ...)	
	44 Número		45 Complemento (apto., casa, ...)	
Dados do Paciente	46 Ponto de Referência		47 Zona	
	48 Local de ocorrência		49 Hora da ocorrência	
	50 Ocorreu outras vezes?		51 A lesão foi autoprovocada?	

Violência	00 Essa violência foi motivada por: 01-Sexismo 02-Homofobia/Lesbofobia/Bifobia/Transfobia 03-Racismo 04-Intolerância religiosa 05-Xenofobia 06-Conflito geracional 07-Situação de rua 08-Deficiência 09-Outros 10-Não se aplica 11-Ignorado									
	02 Tipo de violência 1- Sim 2- Não 3- Ignorado <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Tráfico de seres humanos <input type="checkbox"/> Psicológica/Moral <input type="checkbox"/> Financeira/Econômica <input type="checkbox"/> Intervenção legal <input type="checkbox"/> Tortura <input type="checkbox"/> Negligência/Abandono <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Sexual <input type="checkbox"/> Trabalho infantil					07 Meio de agressão 1- Sim 2- Não 3- Ignorado <input type="checkbox"/> Força corporal/ espancamento <input type="checkbox"/> Obj. perfuro-cortante <input type="checkbox"/> Arma de fogo <input type="checkbox"/> Enforcamento <input type="checkbox"/> Substância/ Obj. quente <input type="checkbox"/> Ameaça <input type="checkbox"/> Obj. contendo <input type="checkbox"/> Envenenamento, intoxicação <input type="checkbox"/> Outro				
Violência Sexual	03 Se ocorreu violência sexual, qual o tipo? 1- Sim 2- Não 3- Não se aplica 4- Ignorado <input type="checkbox"/> Assédio sexual <input type="checkbox"/> Estupro <input type="checkbox"/> Pornografia infantil <input type="checkbox"/> Exploração sexual <input type="checkbox"/> Outros									
	04 Procedimento realizado 1- Sim 2- Não 3- Não se aplica 4- Ignorado <input type="checkbox"/> Profilaxia DST <input type="checkbox"/> Profilaxia Hepatite B <input type="checkbox"/> Coleta de sêmen <input type="checkbox"/> Contracção de emergência <input type="checkbox"/> Profilaxia HIV <input type="checkbox"/> Coleta de sangue <input type="checkbox"/> Coleta de secreção vaginal <input type="checkbox"/> Aborto previsto em lei									
Dados do provável autor da violência	05 Número de envolvidos 1- Um 2- Dois ou mais 3- Ignorado			06 Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida 1- Sim 2- Não 3- Ignorado <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Ex-Cônjuge <input type="checkbox"/> Amigos/conhecidos <input type="checkbox"/> Policial/agente de lei <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Namorado(a) <input type="checkbox"/> Desconhecido(a) <input type="checkbox"/> Própria pessoa <input type="checkbox"/> Padrasto <input type="checkbox"/> Ex-Namorado(a) <input type="checkbox"/> Cuidador(a) <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Madrinha <input type="checkbox"/> Filho(a) <input type="checkbox"/> Patrão/chefe <input type="checkbox"/> Pessoa com relação institucional <input type="checkbox"/> Cônjuge <input type="checkbox"/> Irmão(ã) <input type="checkbox"/>			07 Sexo do provável autor da violência 1- Masculino 2- Feminino 3- Ambos os sexos 4- Ignorado		08 Suspeita de uso de álcool 1- Sim 2- Não 3- Ignorado	
	09 Ciclo de vida do provável autor da violência: 1-Criança (0 a 9 anos) 3-Jovem (20 a 24 anos) 5-Pessoa idosa (60 anos ou mais) 2-Adolescente (10 a 19 anos) 4-Pessoa adulta (25 a 59 anos) 6-Ignorado									
Itens encaminhados	09 Encaminhamento: 1- Sim 2- Não 3- Ignorado <input type="checkbox"/> Rede de Saúde (Unidade Básica de Saúde, hospital, outras) <input type="checkbox"/> Conselho do Idoso <input type="checkbox"/> Delegacia de Atendimento à Mulher <input type="checkbox"/> Rede de Assistência Social (CRAS, CREAS, outras) <input type="checkbox"/> Delegacia de Atendimento ao Idoso <input type="checkbox"/> Outras delegacias <input type="checkbox"/> Rede de Educação (Creche, escola, outras) <input type="checkbox"/> Centro de Referência dos Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Justiça da Infância e da Juventude <input type="checkbox"/> Rede de Atendimento à Mulher (Centro Especializado de Atendimento à Mulher, Casa da Mulher Brasileira, outras) <input type="checkbox"/> Ministério Público <input type="checkbox"/> Defensoria Pública <input type="checkbox"/> Conselho Tutelar <input type="checkbox"/> Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente									
Dados finais	10 Violência Relacionada ao Trabalho 1- Sim 2- Não 3- Ignorado			11 Se sim, foi emitida a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) 1- Sim 2- Não 3- Não se aplica 4- Ignorado			12 Circunstância da lesão CID 10 - Cap XX			
	13 Data de encerramento									
<b>Informações complementares e observações</b>										
Nome do acompanhante: _____ Vínculo/grau de parentesco: _____ (DDD) Telefone: _____										
Observações Adicionais:										
_____										
_____										
_____										
_____										
<b>Disque Saúde - Ouvidoria Geral do SUS 136</b>										
<b>TELEFONES ÚTEIS Central de Atendimento à Mulher 180</b>										
<b>Disque Direitos Humanos 100</b>										
Identificação	Município/Unidade de Saúde						Cód. da Unid. de Saúde/CNES			
	Nome				Função			Assinatura		
Violência interpessoal/autoprovocada _____ Sinus _____ S/S 15.08.2015										



**MODELO DE REGISTRO DE INFORMAÇÕES PARA COMPARTILHAMENTO NA REDE  
(ESCUTA/RELATO ESPONTÂNEO)**

ÓRGÃO QUE RECEBEU O ATENDIMENTO	DATA E HORA
DADOS DA VÍTIMA	DATA DE NASCIMENTO
RESPONSÁVEL LEGAL/RELAÇÃO DE PARENTESCO	ADULTO REFERENCIA/RELAÇÃO COM A VÍTIMA:

**PRIMEIRO ATENDIMENTO? (SE HOUVER, INDICAR ÓRGÃO ANTERIOR E EXISTÊNCIA DE DOCUMENTO DE REGISTRO DO CASO E ENCAMINHAMENTOS).**

DESCRIÇÃO OBJETIVA DOS POSSÍVEIS FATOS/RELATO DO RESPONSÁVEL OU ACOMPANHANTE (SE HOUVER).

LIVRE RELATO DA OCORRÊNCIA PELA VÍTIMA (DESCREVER COM AS PALAVRAS UTILIZADAS PELA VÍTIMA, ATENTADO PARA OBSERVAÇÃO DO AMBIENTE, DA SITUAÇÃO, DA REINCIDÊNCIA, INDICAÇÃO DE POSSÍVEL AGRESSOR E POSSÍVEIS PROVAS RECOLHIDAS)

[illegible]

## FICHA PARA DENÚNCIA DA COMUNIDADE

DATA DA DENÚNCIA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

NOME DA SUPOSTA VITÍMA \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

REFERÊNCIA DO ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ IDADE: \_\_\_\_\_

ORIGEM DA DENÚNCIA: \_\_\_\_\_

JÁ FEZ A DENÚNCIA EM OUTRO ORGÃO? \_\_\_\_\_

QUEIXA: \_\_\_\_\_

DENÚNCIA CONTRA: \_\_\_\_\_

DATA DO OCORRIDO: \_\_\_\_\_

RELATO:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---